



» Entrevista | FELIPE CURI | SECRETÁRIO DA POLÍCIA CIVIL DO RIO DE JANEIRO

Delegado diz que avanço do crime organizado não decorre da falta de ação das corporações, mas, sim, de leis brandas. Ele descarta a PEC da Segurança como solução e defende um pacote legislativo, com penas duras, sem progressão de regime

“O problema não é a polícia, é a legislação”

» IAGO MAC CORD*

Tomaz Silva/Agência Brasil



A atuação do crime organizado no Brasil tem se tornado cada vez mais acintosa, ao mesmo tempo em que essas organizações criminosas expandem suas fronteiras comerciais, tecnológicas e geográficas. Ao *Correio*, o secretário da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Felipe Curi, destacou que, atualmente, as organizações criminosas começaram a enxergar “que vender só a droga não era mais tão rentável”.

O delegado afirmou que, mesmo com recordes em apreensões de fuzis, desmonte de laboratórios de drogas e adoção de tecnologias de ponta para combater os criminosos, enquanto não houver uma melhoria no pacote legislativo, o cenário não vai mudar — e, para ele, não vai ser a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública que vai resolver isso. A seguir, os principais trechos da entrevista abaixo:

A Polícia Civil do Rio tem apreendido armamento e desmantelado laboratórios, mas as milícias e o crime organizado parecem expandir seu território. Está havendo progresso nesse combate ou apenas a contenção de um avanço maior?

Em primeiro lugar, é bom esclarecer que as milícias estão bem enraizadas. Elas, em um outro momento, estavam bem fortalecidas. Na época em que eu era diretor do Departamento de Polícia Especializada, coordenei uma força-tarefa de combate às milícias aqui no Rio, que resultou em mais de 1.500 milicianos presos. Todas as lideranças da milícia foram presas ou neutralizadas em confronto. Hoje, temos aqui no Rio de Janeiro uma grande disputa territorial entre grupos criminosos rivais, capitaneada, principalmente, pelo Comando Vermelho, que está com uma política expansionista de domínio territorial, querendo tomar áreas do Terceiro Comando Puro e também áreas com atuação da milícia. Nos últimos 20 anos, se a gente pegar o efeito das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), e, mais recentemente, o efeito da ADPF 635, isso mudou completamente a dinâmica do crime organizado aqui no estado.

Como assim?

Há 20 anos, quando as UPPs começaram, as facções criminosas eram concentradas, principalmente, na capital do estado e em grandes complexos de favela. Com o advento da UPP e o crescimento desenfreado das unidades, isso

ocasionou uma metástase do tráfico. As lideranças saíram desses complexos e foram para outros locais, porque essas áreas passaram a ser ocupadas pela polícia. O tráfico passou a ser feito de uma forma mais dissimulada. E o que essas lideranças fizeram? Começaram a ampliar seus redutos para outros locais. Foram para a Baixada Fluminense, para Niterói, São Gonçalo, Região dos Lagos, Costa Verde, Angra etc. Mais recentemente, com aquela decisão liminar que restringiu e limitou bastante as operações policiais — falavam que a gente só podia fazer operação em hipóteses absolutamente excepcionais, e até hoje a gente não sabe o que é isso —, causou uma insegurança jurídica muito grande para as polícias. Aquela ostensividade que as polícias tinham nas comunidades se perdeu. A Polícia Civil, na época, fez dois relatórios alertando que muitos problemas iriam ocorrer, que essa decisão iria fortalecer o crime organizado. Com a limitação e restrição às operações, as lideranças de outros estados iriam vir para cá. A gente cansou de sair daqui para ir para outros estados para prender as lideranças daqui que estavam escondidas. Aí a lógica inverteu.

E como isso mudou a dinâmica do crime?

Essas lideranças do Brasil

A legislação penal e processual penal é branda e leniente e estimula o criminoso a cometer crimes. Já passou da hora de as pessoas entenderem que o problema não é a polícia. A gente cansa de prender o mesmo criminoso. É um retrabalho sem-fim”

inteiro passaram a se esconder aqui, porque se sentiam mais seguros. As favelas viraram bases operacionais do crime organizado, e, principalmente, o tráfico de drogas começou a enxergar que vender só a droga não era mais tão rentável. Aí, eles começaram a praticar as atividades típicas de milícia, que é aquela exploração territorial, cobrança de taxa dos moradores, taxa de segurança, internet, TV a cabo, explorar a água, energia elétrica, transporte alternativo, ou seja, tudo que a milícia faz. O tráfico passou a fazer porque viu que o domínio territorial é um grande negócio. É por isso que hoje nós temos aqui essa sanha expansionista do Comando Vermelho nessa questão da guerra territorial. E o que nós estamos vendo é que, nos últimos 5 anos, o Comando Vermelho praticamente está presente em todos os estados da federação, com lideranças desses estados escondidas aqui. E daqui

dando ordens para a prática de vários crimes: homicídios, mortes de agentes públicos etc., nos seus estados de origem. Por isso que essas decisões equivocadas dos últimos 20 anos mudaram completamente a lógica e a dinâmica do crime organizado aqui no Rio de Janeiro.

O crime organizado tem se modernizado, usando tecnologias como drones e aplicativos para se comunicar e agir. Como vocês têm se adaptado tecnologicamente para enfrentar esse novo formato do crime?

A Polícia Civil aqui do Rio de Janeiro, do ponto de vista tecnológico, tem o que é de mais avançado nessa questão de softwares, aplicativos e tudo que você possa imaginar de reconhecimento facial, de extração de análises telemáticas, enfim. Tudo isso aumentou muito a nossa produtividade investigativa, a elucidação de casos

e, conseqüentemente, a nossa produtividade operacional.

Por que os esforços da polícia não são suficientes para resolver o problema da criminalidade no Rio?

Porque a gente tem um problema sério de legislação. A legislação penal e processual penal é branda e leniente e estimula o criminoso a cometer crimes. Infelizmente, hoje, o crime no Brasil vale a pena para o criminoso, sai barato para ele. Só para exemplificar, nessa Operação Tormentão, em um ano foram mais de 600 presos, mais de R\$ 100 milhões em bens e valores bloqueados. E a gente fez uma pesquisa: 66% dos presos eram habituais, ou seja, reincidentes na prática desse tipo de crime e ficam, em média, um ano e meio presos. É um problema muito sério. Então, já passou da hora de as pessoas entenderem que o problema não é a polícia. A polícia vem fazendo sua parte. A gente cansa de prender o mesmo criminoso. É um retrabalho sem-fim. E cada retrabalho desse, obviamente, é um risco para a própria população. Se o criminoso ficasse preso e respondesse e cumprisse a pena dele integralmente, em regime integralmente fechado, certamente o crime não valeria a pena. Então, o nosso problema não é de polícia. O nosso problema é de legislação.

O que o senhor acredita que devia ser feito?

Temos que readequar o nosso sistema de política criminal. Ele é completamente desconectado da realidade. O trabalho que as polícias fazem aqui no Rio de Janeiro, polícia nenhuma do mundo faz. Por isso que eu costumo falar que pode chamar o Mossad, a CIA, o FBI, a Scotland Yard, quem você quiser, até a Nasa para fazer um plano de segurança aqui no Rio de Janeiro. Sabe o que vai acontecer? Não vai resolver. Primeiro, porque nós fazemos tudo que essas polícias não fazem. Se você for ao México, quem combate os cartéis são as forças especiais da Marinha mexicana. Em Israel, quem combate os terroristas não é a polícia, é o Exército. Nós aqui temos narcoterroristas com armas de guerra. A situação que nós temos aqui já exorbita muito um problema de segurança pública. Quando a polícia entra nas comunidades, eles atiram a esmo na direção de populares e, às vezes, expressamente para fazer cessar a operação. Isso é terrorismo, não tem outro nome. E a gente tem uma legislação tratando terroristas como problema de segurança pública. Nós já temos um problema de segurança nacional. Quem está dando causa é toda essa permissividade, principalmente da legislação que nós temos, que precisa ser corrigida. Enquanto isso não for corrigido, as pessoas falam: “Ah, polícia enxuga gelo”. Se a gente não enxugar gelo, vai todo mundo morrer afogado. Para o nosso trabalho ter efetividade, é preciso que a legislação acompanhe a realidade, que não é só do Rio de Janeiro, mas agora até outros estados estão começando a viver o mesmo problema.

Na sua avaliação, a aprovação da PEC da Segurança mudaria o combate ao crime organizado?

Eu li essa PEC de forma muito rápida. Mas, pelo pouco que eu li, acho que ela não vai resolver o problema. Na verdade, estava tirando até algumas atribuições das polícias estaduais, e acho que deve ser o contrário. As polícias estaduais têm de ser mais empoderadas, porque nós temos um problema regionalizado, e cada estado tem a sua realidade. A gente tem que ter um pacote legislativo de combate ao crime organizado, de combate às facções criminosas, com respostas duras, com penas duras, vedando a possibilidade de progressão de regime, de qualquer benefício legal a presos faccionados.

***Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa**

CASO RUY FERRAZ

Servidores são alvos de mandados

Além do subsecretário de Gestão e Tecnologia de Praia Grande, Sandro Rogério Pardini, outros quatro funcionários públicos da cidade no litoral de São Paulo foram alvos de mandados de busca e apreensão após a morte do ex-delegado-geral Ruy Ferraz Fontes. Eles não estão na condição de suspeitos, mas os materiais coletados com eles podem ajudar na resolução do caso. Os mandados foram cumpridos na última semana. Em nota, a defesa do subsecretário afirma que Pardini “nega

veementemente toda e qualquer participação, seja ela direta ou indireta, nos fatos que estão sendo apurados”. Acrescenta ainda que ele está à disposição das autoridades para colaborar. A Polícia Civil de São Paulo cumpriu recentemente mandados de busca e apreensão em ao menos oito endereços da Baixada Santista. Com Pardini, foram apreendidos celular, computadores, três pistolas, R\$ 50 mil em espécie, mil euros e 10 mil dólares na residência. Em um maço de cédulas, havia bilhetes com anotações contendo

nomes de um homem e uma mulher. Os dólares estavam no envelope de uma corretora de câmbio. Foram apreendidos também cartões bancários, três registros de armas de fogo e um registro de CAC (Colecionador, Atirador, Caçador). A gestão de Praia Grande afirma não ter recebido “qualquer comunicação oficial” sobre as buscas e apreensões no apartamento do gestor, mas afirma seguir à disposição das autoridades. Ferraz Fontes foi fuzilado após encerrar o expediente na Prefeitura

de Praia Grande, onde era secretário de Administração. Ele foi alvo de tiros e teve seu veículo prensado por um ônibus em seguida. Os bandidos desembarcaram do carro portando fuzis e efetuaram diversos disparos contra a vítima. Como delegado, Ferraz Fontes ficou conhecido por seu trabalho contra o Primeiro Comando da Capital (PCC). O secretário da Segurança Pública de SP, Guilherme Derrite, diz que “não há dúvidas” do envolvimento da facção no crime.

Divulgação Secretaria de Administração de Praia Grande



Como delegado, Ruy Ferraz ficou conhecido por seu trabalho contra o PCC